



RELATÓRIO ESPECIAL

Os novos caminhos do movimento indígena: protesto ambiental

Madrid, janeiro de 2014

d+i LLORENTE & CUENCA

1. INTRODUÇÃO: 30 ANOS DO MOVIMENTO INDÍGENA (1980-2013)

2. CAUSAS DO RENASCIMENTO DA PROBLEMÁTICA INDÍGENA (1980-1992)

3. AS PRIMEIRAS ONDAS DE MOBILIZAÇÕES INDÍGENAS (1990-2003)

4. CRISE E ALTERAÇÃO DO MOVIMENTO INDÍGENA (2003-2013)

5. A RUTURA ENTRE A ESQUERDA E O INDIGENISMO AMBIENTAL (2009-2013)

6. MAPA DE PROTESTOS INDÍGENAS ATUAIS

7. CONCLUSÕES

LLORENTE & CUENCA

1. INTRODUÇÃO: 30 ANOS DO MOVIMENTO INDÍGENA (1980-2013)

O surgimento e a visibilidade dos assuntos indígenas é um dos fenômenos políticos e etnossociais mais importantes na história recente da América Latina. Trata-se de um facto que decorreu paralelamente à democratização dos países latino-americanos nos anos oitenta. Embora tivesse as suas raízes nos inícios do século XX, foi no último quartel do século passado, quando os próprios intelectuais e líderes indígenas tomaram as rédeas do movimento e se converteram em novos intervenientes políticos, conseguindo introduzir as suas exigências nas agendas políticas nacionais através de uma intervenção política direta.

Há 30 anos, coincidindo com transições para a democracia (nos anos 80) e com a consolidação definitiva da mesma (anos 90), surgiram os movimentos indígenas, com particular força e intensidade, no Equador e na Bolívia e com menor capacidade de expansão noutros países tais como o México, a Guatemala, o Brasil, o Peru e o Chile.

Experimentou-se, nessa época, um inusitado auge do ativismo indígena (o chamado “despertar da questão indígena”) com a ascensão desses movimentos e do seu leque de novas reivindicações relativas a questões como a territorialidade, a autonomia e a diversidade cultural. Além disso, as suas próprias reivindicações punham em causa o modelo tradicional de estados liberais e republicanos, criado no século XIX, dada a sua rejeição da homogeneidade cultural e universalidade dos direitos dos cidadãos.

No entanto, a sua história, desde a década de 70 até ao presente, está longe de ser linear. Como veremos a seguir, passaram por diferentes momentos e estratégias até chegar à conjuntura atual.

“O processo de democratização iniciado na década de 80, consolidado a nível regional na década de 90, abriu oportunidades ao protagonismo político de novos intervenientes organizados da sociedade civil, incluindo os setores indígenas”

2. CAUSAS DO RENASCIMENTO DA PROBLEMÁTICA INDÍGENA (1980-1992)

No contexto dos anos 80, os movimentos políticos indígenas organizaram-se e criaram as suas próprias forças políticas que procuravam a autonomia e o reconhecimento da sua identidade, o aumento da sua influência e, inclusivamente, a tomada do poder por via eleitoral (caso do Equador desde 1996) ou através das armas (rebelião zapatista em Chiapas em 1994).

Nessas décadas, o movimento teve sucessos indiscutíveis tal como recorda o académico Salvador Martí: “O surgimento do movimento zapatista e o discurso do subcomandante Marcos, a partir da segunda até à sexta Declaración de la Selva Lacandona; o marcado acento multicultural do Acuerdo de Paz Firme e Duradera assinado na Guatemala, em 1996; a articulação e o protagonismo da confederação de organizações indígenas panandinas no Equador; a intensa mobilização das organizações aimarás e quéchuas na Bolívia; a mobilização dos mapuches no Chile; e o impacto mediático de alguns líderes dos povos da bacia amazónica. Todos estes casos são um sinal da importância que este fenómeno tem adquirido na América Latina.”

Mas por que razão aconteceu este auge dos movimentos indígenas nos anos oitenta e noventa?

Pelo menos, poderemos identificar quatro fatores:

A abertura democrática

O processo de democratização, iniciado na década de 80 e consolidado a nível regional na década de 90, abriu oportunidades ao protagonismo político de novos intervenientes organizados da sociedade civil, incluindo os setores indígenas. Em suma, a democratização facilitou que a sociedade civil tivesse um maior protagonismo relativamente a um Estado com um perfil menos autoritário e que via as suas competências reduzidas após as reformas estruturais dos anos 90.

Num relatório coordenado por Heraldo Muñoz, diretor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), assinala-se que “no cenário sociopolítico latino-americano dos finais da década de 1970 e inícios da década de 1980, os processos de transição das ditaduras para democracias e a luta pelos direitos civis, refletidos nas exigências emergentes de diferentes setores sociais, adquiriram um lugar central na esfera pública. Surgem, nesta conjuntura, os chamados novos movimentos sociais latino-americanos (Calderón e Jelin, 1987: 84): “ações coletivas com uma elevada participação de base que utilizam canais não institucionalizados e que, simultaneamente, desenvolvem as suas exigências, vão encontrando formas de ação para as expressar e vão-se constituindo em pessoas coletivas, ou seja, sendo reconhecidas como um grupo ou categoria social”.

“O nascimento de uma elite intelectual indígena urbana serviu para dar apoio ideológico e estabelecer redes de apoio às mobilizações, tanto no interior de cada país como no exterior”

Reação às mudanças económicas e sociais provocadas pelas reformas “neoliberais” dos anos 90.

Essas reformas dos anos 90 provocaram o afastamento por parte do Estado de muitas áreas, espaço que foi ocupado pela sociedade civil. Ressurgiram, nesse contexto propício, grupos indígenas locais, até essa altura mediatizados ou cooptados pelo Estado, que estabeleceram relações diretas com diversos intervenientes internacionais (governos, organizações não governamentais, iniciativas de autoridades municipais, etc.).

Nesse sentido, as abordagens dos grupos indígenas encontraram aceitação e apoio material e intelectual, desde o final da década de 1970, entre a Igreja Católica (foi muito importante o papel que desempenharam, por exemplo, os padres salesianos no Equador) e junto de organizações não-governamentais (ONGs).

Além disso, o modelo económico mudou e passou-se de políticas de industrialização para substituição de importações, próprias dos anos 40, 50 e 60, para novas políticas de tipo “neodesenvolvimentistas” extrativas e de exploração dos recursos naturais que afetam os interesses das áreas indígenas rurais, onde os recursos minerais são frequentemente encontrados e que contribuíram para acelerar a sua mobilização.

Essas mudanças, como argumenta o sociólogo Fernando Calderón, faziam parte de “uma série de transformações na estrutura

social dos diferentes países, cujas principais características eram: a) a complexidade das assimetrias nos padrões de inclusão e de exclusão social, tanto simbólica como materialmente; b) as mudanças nas instituições básicas da socialização e das formas e estruturas de comunicação; c) a incorporação de novos temas na agenda política e socioeconómica, com base em exigências culturais, em particular, os direitos multiculturais, associados a novas assimetrias de exclusão social; e d) o desenvolvimento de novas especificidades informativas dos mecanismos de exclusão, devido ao impacto da globalização”.

O nascimento de uma elite intelectual indígena urbana serviu para dar suporte ideológico e estabelecer redes de apoio às mobilizações, tanto no interior de cada país como no exterior.

O contexto internacional favorável

O crescimento do indigenismo foi favorecido a nível internacional por vários factos ocorridos na década de noventa, que tiveram início com a celebração do V Centenário, efeméride que provocou a polarização e a exacerbação dos sentimentos a favor e contra tal data. Foi um motivo para a mobilização e protestos que, além disso, foram validados com a atribuição do Prémio Nobel da Paz a uma indígena (a guatemalteca, Rigoberta Menchú), no ano de 1992.

Paralelamente, em 1992, no âmbito da Cimeira de Presidentes da América Latina, foi assinado

“Enquanto que as exigências camponesas se concentraram na reforma agrária, atualmente, os indígenas resgatam essencialmente o seu direito ao reconhecimento e à afirmação da sua identidade”

em Madrid o acordo de criação do Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e das Caraíbas, enquanto o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, destinou recursos humanos e financeiros para apoiar projetos nesta área. Da mesma forma, a Organização dos Estados Americanos decidiu confiar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos a elaboração de um projeto de Declaração Interamericana dos Direitos dos Povos Indígenas.

Uma das alterações mais importantes e de maior transcendência foi a convenção 169/89 da Organização Internacional do Trabalho, na qual foi reconhecido que as prioridades de desenvolvimento seriam definidas pelos próprios povos indígenas. Nos seus artigos 6º, 7º e 15º, foram consagrados os mecanismos de participação, o direito de consulta e o consentimento prévio para que os povos indígenas possam defender os seus direitos estatutários e qual o modelo de exploração que querem implementar nos seus territórios. Criaram-se, a partir daí, fórmulas para que os indígenas possam influenciar as decisões quando os seus territórios sejam objeto de empresas ou da administração do Estado, a fim de extrair recursos.

Finalmente, não podemos esquecer o aumento da produção académica centrada em questões indígenas na década de 90 (embora desde os anos 60-70 registasse um crescimento considerável), com um cariz claramente favorável às reivindicações indígenas que,

nalguns casos, resultou numa idealização dos valores, da cultura e dos modos de vida indígenas.

Tudo isto favoreceu uma grande mudança e transformação em termos de objetivos e da própria coerência ideológica interna do movimento, dado que, como assinala José Bengoa, “enquanto que, no passado, especialmente nos anos 1960 e 1970 - os indígenas reivindicavam a sua identidade camponesa e de classe, no presente, as organizações destacaram as suas particularidades étnicas. Enquanto que as exigências camponesas se concentraram na reforma agrária, atualmente, os indígenas resgatam essencialmente o seu direito ao reconhecimento e à afirmação da sua identidade. Na primeira parte do século, os intervenientes mais politicamente ativos e com maior visibilidade na conjuntura nacional eram os camponeses que foram subjugados”.

3. AS PRIMEIRAS ONDAS DE MOBILIZAÇÕES INDÍGENAS (1990-2003)

Após o renascimento do movimento indígena, ocorrido na década de 80 e o impulso experimentado no início da década seguinte, chegou o momento de desenvolvimento e de crescimento na década de 90. Ao longo desses anos, foi possível ir verificando que esse movimento se caracterizava pela sua heterogeneidade e diversidade nas suas exigências e estratégias com especificidades próprias e diversidade de situações de país para país.

“A legitimidade do movimento indígena “cresceu especialmente numa época em que não existiam intervenientes sociais ou populares predominantes na arena pública e a crise de legitimidade política aumentava”

No entanto, é possível encontrar, já nos anos 90, diversos paralelismos e continuidades importantes à escala global em toda a região. As aspirações destes movimentos apresentavam diversas direções, reclamando direitos económicos, sociais e culturais, bem como civis e políticos.

Em toda a região, com maior ou menor intensidade, viveram-se exemplos deste tipo de “despertar indígena”, embora fosse no Equador onde este movimento se arraigou com maior força.

Os indígenas equatorianos criaram, nos anos 80, uma forte organização sindical, a Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador, que reunia as organizações indígenas regionais mais representativas tais como a ECUARUNARI (Confederación de los pueblos de la nacionalidad Quichua) ou a CONFENAIE (Confederación de los pueblos y nacionalidades de la Amazonía). Seguidamente, na década de 90 (1995), nasceu o braço político, o Pachakutik.

No início dos anos 90, a CONAIE organizou o primeiro levantamento indígena da época contemporânea, defendendo propostas de pluriculturalismo e plurinacionalidade. Em seguida, teve lugar a marcha dos povos indígenas de Pastaza, em 1992, e os atos de rejeição ao V Centenário da Descoberta que outorgaram ao processo de constituição da CONAIE, uma dimensão nacional e até mesmo internacional.

Sobre esta base, foi tentado o salto para a arena política

através de um partido político, o Pachakutik: uma organização que obteve 20% dos votos nas eleições presidenciais de 1996 e 14% em 1998. Participou ativamente no golpe de Estado de 2000 contra Jamil Mahuad e, em coligação com o partido de Lucio Gutiérrez, chegou ao poder em 2003.

Como assinala o sociólogo Jorge León Trujillo, a legitimidade do movimento indígena “cresceu especialmente numa época em que não existiam intervenientes sociais ou populares predominantes na arena pública e a crise de legitimidade política aumentava. É então quando as organizações indígenas conseguem captar o espaço de contestação deixado pelas organizações sindicais, através do protesto como uma expressão de descontentamento social. Protesto ao qual se somaram reivindicações populares, graças às quais os indígenas construíram uma imagem que encarnava a ética e, finalmente, rasgos pontuais de um interesse geral, contra a tendência de desregulamentação então vigente”.

Todas estas mobilizações indígenas do final dos anos 80 e 90 tiveram efeitos políticos e legislativos muito evidentes, uma vez que foram acompanhadas por uma onda de reconhecimento constitucional dos direitos indígenas por parte dos Estados nos anos noventa. Os protestos transformaram igualmente os indígenas em interlocutores públicos, o que lhes permitiu modificar propostas ou políticas governamentais.

“Das mobilizações dos anos 80 e 90, o movimento indígena extraiu como resultado, o direito dos povos indígenas a determinar seu próprio desenvolvimento”

É àquilo que Donna Van Cott, da Universidade do Connecticut chama o novo tipo de constitucionalismo “multicultural” na América Latina, no qual se reconhece formalmente a natureza multicultural das sociedades e a existência de povos indígenas como coletivos subestatais distintos; reconhece-se a lei consuetudinária indígena como oficial e como direito público, bem como os direitos de propriedade sobre terras comunais. Reconhece-se igualmente o estatuto oficial dos idiomas indígenas no território e os espaços onde os povos estão localizados; garante-se uma educação bilingue e o direito de criação de espaços territoriais autônomos.

Este “constitucionalismo multicultural” teve traduções concretas, em 1991, na Colômbia, onde uma nova Constituição incorporou a questão indígena: “o Estado reconhece e protege a diversidade étnica e cultural da nação colombiana”. Em seguida, outros países tomaram o mesmo caminho. Por exemplo, a reforma constitucional da Argentina (1994) reconheceu a “preexistência étnica e cultural dos povos indígenas na Argentina”. E a da Bolívia, já em 1994, antes da ascensão de Evo Morales, definia o país como “uma nação livre, independente, soberana, multiétnica e multicultural, constituída como uma República unitária, (que) adota para o seu governo a forma democrática representativa, fundada na unidade e solidariedade de todos os bolivianos”.

A da Guatemala (1985) declarava que este país era composto por

vários grupos étnicos, entre os quais figuram os grupos indígenas de ascendência maia e, posteriormente aos acordos, estabeleceu o reconhecimento do pluriétnicismo e do multiculturalismo.

Inclusivamente, na Bolívia, no governo de Gonzalo Sánchez de Lozada (1993-1997), um líder indígena chegou à vice-presidência da nação, Víctor Hugo Cárdenas, sendo aprovada a Lei de Participação Popular, em 1994, que impulsionava um processo de descentralização e o aumento da participação indígena.

Das mobilizações dos anos 80 e 90, o movimento indígena extraiu como resultado o direito dos povos indígenas a determinar o seu próprio desenvolvimento reconhecido pelo Comité de Direitos Humanos das Nações Unidas e pela Declaração Universal dos Povos Indígenas.

4. CRISE E ALTERAÇÃO DO MOVIMENTO INDÍGENA (2003-2013)

O movimento indígena foi-se desvanecendo de diversas formas na região entre finais dos anos 90 e início do novo século. No Equador, por parcerias que não funcionaram com os partidos tradicionais e, no México, porque o “zapatismo” atingiu o seu limite relativamente à sua capacidade de avançar.

Além disso, como observado pelos académicos Nancy Postero e León Zamosc, os grupos indígenas perceberam que “a mera existência de uma maioria demográfica não

“As guerras da Água e do Gás bolivianas demonstraram que um assunto conjuntural mas de profunda importância poderia servir como um elo de união entre os indígenas e o resto dos grupos sociais”

garante um resultado eleitoral favorável”, como evidenciou o fracasso do referendo de 1999, na Guatemala. Uma consulta neste país da América Central, na qual se esperava aprovar uma reforma constitucional abrangente que ampliava os direitos dos povos indígenas. No entanto, apenas 18% da população votou e ganhou o “Não”.

Assim, estes fracassos provocaram que, com o início do novo século, o movimento indígena chegasse à conclusão que, para alcançar uma maior influência, deveria construir pontes com setores políticos não-indígenas e encontrar pontos de união mais amplos do que as meras exigências indígenas para conseguir um maior eco e mobilização.

Desde a viragem do século, o panorama das manifestações reúne uma série de características peculiares:

- A via armada não é um caminho mas sim os conflitos e protestos de baixa intensidade que desafiam o monopólio da violência num Estado que não pode reprimir esses protestos de forma tão contundente como o fazia perante os anteriores levantamentos. Tudo isto proporciona aos movimentos indígenas o poder de veto e de “chantagem ao Estado”.
- Além disso, esses grupos indígenas conseguem articular amplas alianças que vão mais além da questão indígena,

agitando bandeiras que podem ser aceites por outros grupos sociais em “alianças estratégicas que podem abrir o caminho para avançar para soluções realmente integradoras da questão indígena dado que afetam todos os setores sociais”.

Tal traduziu-se em que, enquanto a via eleitoral equatoriana entrava em crise terminal (esse declínio do movimento indígena no Equador foi expresso em 2006, quando apenas obteve 2% dos votos nas eleições, o que levou à perda de coesão interna), outras fórmulas ganharam peso. Por exemplo, na Bolívia, onde a “Guerra da Água” (2001) e após o “Gás” (2005) ensinaram que o caminho para chegar a crescer, fazer ouvir a sua voz e obter sucessos políticos que definam a agenda era diferente do da mobilização exclusivamente indígena e centrada nas problemáticas desse setor étnico.

As guerras da Água e do Gás bolivianas demonstraram que um assunto conjuntural mas de profunda importância poderia servir como elo de união entre os indígenas e os restantes grupos sociais, ganhando assim a capacidade de chegada a amplos segmentos da população que, conjugado com uma liderança carismática (do tipo de Evo Morales na Bolívia), dava ao movimento um maior alcance.

Desde há uma década, portanto, os movimentos indígenas contam com uma agenda muito mais extensa que abraça e acolhe

“As novas mobilizações que ocorrem desde há uma década colhem lições do fracasso da luta armada dos anos 90”

interesses sociais e étnicos mais amplos. Além disso, a pressão e a disputa crescente sobre os recursos naturais localizados em terras indígenas (ou por eles reivindicadas) favorece a unificação dos diferentes grupos étnicos e serve como base para a elaboração de uma proposta de desenvolvimento alternativa (ecologista e ambientalista) que ganha apoio entre os setores não indígenas, urbanos, e capta apoio internacional que legitima este tipo de mensagem ambientalista.

As novas mobilizações que ocorrem desde há uma década colhem lições do fracasso da luta armada dos anos 90 (o caso zapatista) e das tendências político-eleitorais (casos do Equador com o Pachakutik, ou do “katarismo”, na Bolívia).

Como observado em 2010, pelo académico da Universidade de Salamanca, Salvador Martí, “o facto da maioria dos recursos estratégicos do século XXI (água, biodiversidade, gás, petróleo, minerais, florestas) estarem localizados em áreas nas quais habitam povos indígenas faz prever que episódios como os de Bagua, no Peru, de Awás Tingni, na Nicarágua, ou de Ralco no Chile, se multipliquem no futuro. Assim, apesar do encerramento das “oportunidades” que se vislumbram neste novo ciclo, a luta dos povos indígenas pelos seus direitos continuará. A aprendizagem organizacional das últimas décadas e a consagração de direitos específicos como consequência das reformas

constitucionais e legislativas constituem um fator decisivo”.

É o caso, nos seus primeiros anos de ascensão ao poder, do Movimento al Socialismo (MAS), na Bolívia. O movimento “cocalero”, nascido na década de 80, definiu-se como o movimento de produtores de coca, articulou elementos indígenas para defender a coca como “folha sagrada” e reuniu diversos setores sociais e indígenas.

Mas foi igualmente capaz de construir uma ampla coesão social na qual o ambientalismo tinha uma importância medular. A académica Sofía Cordero Ponce observa que “o Mas não é uma simples expressão das comunidades indígenas, mas sim uma força que articula uma pluralidade de setores populares. Obteve 20% em 2002 com uma abordagem indigenista e superou os 50%, em 2006, e os 60%, em 2009, graças a uma proposta mais ampla que abarcava os setores populares, os indígenas e setores das classes médias”.

Essa aliança entre as teses ambientalistas e indígenas, no entanto, não é nova e tem claros antecedentes na década de 90. José Bengoa num relatório da CEPAL observou como, desde esses anos, se consolidou “a aliança entre os movimentos indígenas e ambientalistas no continente. Esta aliança é expressa em numerosos conflitos que são assumidos quer pelos indígenas quer pelos “verdes”. A liderança indígena, por sua vez, incorporou elementos do discurso

“A atual proposta indígena ambientalista pressupõe uma reação às políticas extrativas”

ecologista no seu próprio discurso indigenista e, para muitos movimentos ambientalistas, os indígenas surgem como “guardiões históricos do meio ambiente”, produzindo muitas vezes uma certa idealização dos mesmos. Independentemente da profundidade desta aliança, não existem dúvidas que tal permitiu ao movimento indígena aproximar-se de amplos setores das populações e da opinião pública, que consideram o respeito e o cuidado com o meio ambiente como um bem superior e não-negociável. Em alguns países, como o Equador, por exemplo, a aliança tem sido eficaz em termos de votos e obtenção de representação parlamentar”.

A atual proposta indígena ambientalista pressupõe uma reação às políticas extrativas e confronta os argumentos dos governos e empresas multinacionais dedicadas à exploração mineira ou a empreendimentos hídricos. Desta forma, recusam que exista uma nova tecnologia que proteja o meio ambiente, a chamada mineração verde, moderna e responsável. Não acreditam que a mineração gere empregos e promova o desenvolvimento económico sustentável para as comunidades. Também não acreditam que as multinacionais de mineração do metal respeitem os direitos humanos, dado que as acusam de provocar o desenraizamento de grupos humanos das suas terras, de viciar o meio ambiente das aldeias, provocando doenças pulmonares e cutâneas.

5. A RUTURA ENTRE A ESQUERDA E O INDIGENISMO AMBIENTAL (2009-2013)

No entanto, essa aliança original entre indígenas ambientalistas e a nova esquerda (a encarnada por Evo Morales, na Bolívia, e Rafael Correa, no Equador) não durou muito tempo. Na verdade, durou enquanto esses novos regimes foram surgindo e estiveram em construção (2005-2009), mas quando essas lideranças se estabeleceram, começaram a afastar-se dos grupos ambientalistas e as suas agendas entraram em conflito.

O choque de paradigmas (desenvolvimentismo versus “filosofia indígena de bem-viver” baseada na harmonia com a natureza) deveu-se, como observado por Sofia Cordero, ao facto que desenvolvimentismo dos governos tais como o de Correa ou de Morales “procuram o retorno do estado ativo” colidindo com “os novos sujeitos reconhecidos na cidadania que reclamam os seus direitos como “iguais”. Sem dúvida, uma cidadania com novas pessoas coletivas obriga o Estado e as suas instituições a ceder espaços de poder, o que pode não ser do agrado dos atuais governos boliviano e equatoriano, de matriz fortemente centralizadora e com presidencialismos fortes. Considera-se frequentemente que os interesses do Estado são universais relativamente ao particularismo dos interesses comunitários e suspeita-se que os autogovernos poderiam ser colonizados pelas empresas multinacionais”.

“A esquerda, tanto a reformista como a do “Século XXI” sofre uma profunda contradição entre os partidários do desenvolvimentismo e os ambientalistas”

Esse desenvolvimentismo dos governos de Correa e Evo Morales acabou por entrar em colisão com as teses do ambientalismo indígena. Dois conflitos são reveladores a este respeito. No Equador, em 2012, a CONAIE começou a “Marcha pela Água, Vida e Dignidade dos Povos” para protestar contra a assinatura de contratos com empresas chinesas para exploração mineira em grande escala.

E, na Bolívia, teve início um longo conflito em torno da construção de uma estrada que atravessaria o território indígena e o Parque Nacional Isiboro Secure (Tipnis), à qual se opõe grande parte dos povos indígenas aí localizados, que alegam o seu direito de consulta prévia.

Assim, a esquerda, tanto a reformista como a do “Século XXI” sofre uma profunda contradição entre os partidários do desenvolvimentismo e os ambientalistas. Há uma década atrás, ambas as esquerdas andavam unidas em torno da liderança de Morales, Correa ou Humala. Atualmente, aparecem enfrentadas em projetos nacionais ou económicos diferentes.

Por exemplo, Evo Morales iniciou a sua carreira política claramente ligado aos setores ambientalistas, tal como Rafael Correa e Ollanta Humala, que inicialmente se opuseram aos projetos de exploração mineira extrativista. No entanto, na atual conjuntura, o líder “cocalero” denuncia que, por detrás do movimento ambientalista, existe um “novo

tipo de colonialismo” e Rafael Correa apelida os ecologistas de “infantis”.

Agora, todos eles estão na linha oposta aos ambientalistas dado que apoiam o aprofundamento do modelo de exportação de produtos primários proposto que choca de frente com as teses ambientalistas.

Assim, a maioria dos conflitos sociais atuais na América Latina, de acordo com um relatório do Banco Mundial, relaciona-se com as dimensões ambientais e sociais da exploração mineira. Além disso, a Defensoria do Pueblo peruano, num relatório recente, identifica como uma das causas dos conflitos ambientais o “temor justificado da população pela contaminação potencial que as atividades extrativas poderão provocar”. A isto não escapam as próprias empresas mineiras que se incorporaram como um elemento inevitável da Responsabilidade Social Corporativa no assunto do meio-ambiente.

Assim, as disputas sobre recursos naturais são os aspetos mais recorrentes dos conflitos mineiros. No entanto, o Banco Mundial observa que nem sempre se trata de conflitos ecológicos, no sentido estrito da palavra, ou seja, restringidos à defesa da biodiversidade, devido ao seu próprio valor. Embora este seja o aspeto que mais interessa às organizações ecologistas, as comunidades rurais consideram a questão ambiental também, e provavelmente mais, em termos de direitos de acesso à terra e à água, ou seja, aos meios que constituem a base para a sua economia familiar.

“A defesa da terra deixou de ser uma luta de cariz agrário para se tornar numa luta ecologista”

Assim, “o movimento indígena apropriou-se do discurso ambientalista que, na década de 50 ou 60, quase não existia dado que o discurso dos antigos índios estava concentrado na linguagem da exploração”, lembra Bengoa. Na década de 1970, começou a desenvolver-se um forte discurso ambientalista nos países desenvolvidos e “as externalidades não controladas do desenvolvimento capitalista começaram a preocupar setores crescentes da sociedade nos países desenvolvidos”. A partir de vários fóruns internacionais, as exigências indígenas aproximaram-se das propostas ambientalistas e, em 1992, na Cimeira da Terra, o encontro entre esses

dois discursos foi consolidado: “Os indígenas, com a entrada no século XXI, transformaram-se em protagonistas na defesa do meio ambiente. A defesa da terra deixou de ser uma luta de cariz agrário para se tornar numa luta ecologista”. Como aponta Bengoa, a articulação com o discurso ecologista permitiu aos movimentos indígenas estabelecer uma sagaz aliança com os setores pós-modernos da exigência social.

E tal acontece porque realizam uma “reinterpretação urbana da tradição indígena realizada pelos próprios indígenas de acordo com interesses e objetivos indígenas. Não restam dúvidas de que muitos elementos da visão indígena do passado existiam anteriormente, mas também não existem dúvidas para o observador desapaixonado de que muitos desses elementos constituem uma idealização do passado”.

TABELA DE CONFLITOS AMBIENTALISTAS NA AMÉRICA LATINA

Peru	33
Chile	33
Argentina	26
México	26
Brasil	20
Colômbia	12
Bolívia	8
Equador	7
Panamá	6
Guatemala	6
Nicarágua	4
República Dominicana	4
El Salvador	3
Honduras	3
Costa Rica	2
Paraguai	1
Uruguai	1

Dados: Observatorio de Conflictos Mineros de América Latina

6. MAPA DE PROTESTOS INDÍGENAS ATUAIS

De acordo com o Observatorio de Conflictos Mineros de América Latina, existem atualmente na região mais de 180 conflitos socioambientais que envolvem 183 projetos de extração mineira e 246 comunidades.

Os países que experimentam maior número de conflitos são o Peru e o Chile com 33, a Argentina e o México com 26, o Brasil com 20 e a Colômbia com 12. Os outros países não ultrapassam a dezena de conflitos.

“Na região da Amazônia peruana, as comunidades indígenas ainda lutam pelas suas terras e pelo seu modo de vida”

Seguidamente, iremos analisar alguns destes conflitos e a sua incidência política.

Peru, os desvios de Humala

Ollanta Humala articulou, na campanha de 2011, todo um discurso contrário à exploração mineira do ouro e ao desperdício e contaminação da água.

O discurso antimineiro que, em resposta às mobilizações indígenas produzidas durante o governo de Alan García e que levou a protestos em Cajamarca e Cusco e aos acontecimentos de Bagua (Amazonas), onde 33 pessoas morreram, era muito claro e contundente por parte de Humala: “Vi uma série de lagoas e dizem-me que as querem vender. Querem vender a vossa água? O que é mais importante, a água ou o ouro? Porque vocês não bebem ouro, não comem ouro mas nós bebemos água, os nossos filhos bebem água, o nosso gado bebe água. Dele sai o leite, o queijo e a riqueza. Água para os peruanos!”.

Seguidamente, já no governo, deu uma volta significativa quando tentou acolher no seu seio quer as teses ambientalistas quer as neodesenvolvimentistas. O desafio mais complicado para o governo de Humala situa-se em Conga (Cajamarca), no norte do Peru, onde existe uma forte oposição a um projeto mineiro da empresa americana Newmont. Os residentes nesta região agrícola temem que a mina de ouro a céu aberto, cuja construção exigia a substituição de quatro

lagoas andinas por reservatórios artificiais, possa contaminar os recursos hídricos e afetar a saúde das pessoas.

Um projeto que agora o próprio Humala passou a defender: “O projeto Conga (no departamento de Cajamarca) é um projeto importante para o Peru, porque lhe permitirá realizar a grande transformação. (...) Rejeitamos posições extremas: a água ou o ouro. Propomos uma posição sensata: a água e o ouro”.

Mas essa mudança e essa proposta levou-o a ter de enfrentar fortes protestos antimineiros no interior do país, liderados por amplos setores indígenas e populares. Humala recebeu, de acordo com relatórios de imprensa locais, mais de 200 conflitos sociais e, durante o governo do seu antecessor, Alan García, de acordo com o Defensor del Pueblo, no Peru, 195 pessoas morreram em confrontos com as forças de segurança, entre janeiro de 2006 e setembro de 2011.

Além disso, na região da Amazônia peruana, as comunidades indígenas ainda lutam pelas suas terras e pelo seu modo de vida. Grande parte da floresta tropical do Peru está concessionada a empresas mineiras e petroleiras: unicamente as concessões mineiras cobrem quase 14% da superfície das terras e mais de 75% da Amazônia peruana está concessionada à indústria petroleira.

Humala optou por continuar com um crescimento económico baseado no modelo de exportação

“As organizações indígenas —especialmente de terras baixas— defendem o acesso ao território e à gestão dos recursos naturais sob formas comunais”

de minério: do total das exportações, 60% provêm do setor mineiro da economia e o Peru ocupa o sexto lugar entre os países exportadores de ouro do mundo.

As lutas desenvolvimentistas versus ambientalistas na Bolívia

Evo Morales chegou à presidência em 2006, com um discurso indigenista e centrado no respeito pela terra-mãe, a Pachamama. “A Terra não nos pertence, mas nós pertencemos à Terra”, afirmou Morales perante a Assembleia Geral da ONU, em 2009.

Agora esse discurso já não é tão indigenista, mas sim nacionalista e neodesenvolvimentista em vez de ambientalista. Essa mudança explica, por exemplo, o conflito do TIPNIS desde 2011, pela construção de uma estrada através do Território Indígena Parque Nacional Isiboro Sécuré (TIPNIS), impulsionado pelo governo de Morales.

Com motivo da resistência indígena a este projeto, Evo Morales não hesitou em romper com os setores indígenas ambientalistas já que “os inimigos históricos do movimento indígena apresentam-se como defensores do meio ambiente, quando as suas políticas nunca estiveram dirigidas para a sua preservação. A direita adere aos conflitos que se apresentam em algumas regiões ou setores, para desgastar o governo. Quando se apresenta um problema de fronteiras, toda a direita se apresenta para ampliar, aprofundar e enfrentar os seus pares”.

O académico Pablo Rosell assegura, num artigo na revista Nueva Sociedad, que “o conteúdo programático central no conflito no Tipnis é baseado na orientação do modelo de desenvolvimento. O caminho proposto constitui um marco material e simbólico da proeminência de um modelo de desenvolvimento convencional (integração física do país) e comporta os riscos da expansão da fronteira agrícola em detrimento da preservação de áreas de florestas virgens”.

E acrescenta que “para as organizações que se autorreconhecem como essencialmente indígenas, o território é central, dado que constitui a base de uma vida económica baseada em costumes e usos ancestrais. As organizações indígenas —especialmente de terras baixas— defendem o acesso ao território e à gestão dos recursos naturais sob formas comunais. Para as organizações que se autorreconhecem como essencialmente camponesas, no entanto, a exigência central é o acesso à terra arável”.

Não só existiu um afastamento do movimento indígena em relação ao governo de Evo Morales, mas a gestão oficial, com as suas políticas clientelares de cooptação e de transferências condicionadas, acabou por dividir o movimento indígena. A Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia (CIDOB) está fraturada em dois grupos. Um próximo ao Movimiento Al Socialismo (MAS) no poder e o segundo, crítico do governo,

“Correa e movimento indígena passaram, entre 2006 e 2013, da colaboração (a Conaie apoiou Correa, em 2006, na segunda volta e alinhou com a política do governo) para uma rejeição e condenação das teses um do outro”

liderado por Adolfo Chávez, um dirigente da aldeia Tacana que promoveu as duas marchas contra a construção de uma estrada através do Território Indígena do Parque Nacional Isiboro Sécura (TIPNIS).

A rutura de Correa com indígenas e ambientalistas

Algo semelhante aconteceu com o presidente do Equador, Rafael Correa, que à medida que se foi consolidando na presidência, perdeu o apoio de indígenas e ambientalistas tal como do ex-chanceler, Fander Falconi. Correa e o movimento indígena passaram, entre 2006 e 2013, da colaboração (a Conaie apoiou Correa, em 2006, na segunda volta e alinhou com a política do governo) para uma rejeição e condenação das teses um do outro.

Perante a emergência de Correa, o movimento dividiu-se e fraturou-se, entre outras razões pelas políticas clientelares e de cooptação do executivo, dado que o presidente procurou conquistar a população indígena passando por cima das organizações. A centralização na tomada de decisões e desenvolvimentismo “correísta” entrou em conflito com as posições do movimento indígena que propunha, entre outras coisas, a consulta prévia e, especialmente, o consentimento prévio, antes de iniciar qualquer projeto extrativista.

Assim, por exemplo, da defesa da ideia, em 2007, de preservar o Yasuní ITT (Ishpingo-Tambococha-Tiputini) da exploração de petróleo,

Correa passou, em 2013, a propor uma posição diametralmente oposta: “Temos dezenas de bilhões de dólares que o povo equatoriano urgentemente necessita. Não podemos ser os tolos úteis de ninguém, tomaremos... a decisão de continuar ou de explorar o ITT com responsabilidade”.

Para Rafael Correa, esse “ecologismo infantil” impede o desenvolvimento do país e é gerido “a partir da sombra (por) aqueles que nunca ganharam meia eleição e querem proibir, impedir que este país aproveite os seus recursos naturais não renováveis. Jamais me irei prestar a estes jogos, a história dirá quem teve razão quando se acalmarem os ânimos, com serenidade, ver-se-á quem agiu em função da pátria e quem atuou em função de fundamentalismos, dogmatismos e infantilidades”.

Correa defende um modelo de desenvolvimento e de gestão “à coreana” que valorize o desenvolvimento económico e a presença e orientação centralizada do Estado nesse processo, através de empresas públicas como a Petroamazonas. A tese colide diretamente com o movimento indígena, que favorece uma gestão descentralizada da decisão sobre se a exploração dos recursos naturais deve ser ou não uma competência das autoridades locais emanadas do movimento indígena.

De Lula a Daniel Ortega

Além disso, outros presidentes de esquerda da região enfrentam

“No Brasil, o maior problema encontra-se na Amazônia pelo conflito entre os grupos indígenas da região, cujos interesses chocam com os esforços das empresas extratoras de minério e com os latifundiários”

problemas semelhantes. Basta recordar a rutura entre Lula e Marina Silva, sua ministra do Ambiente, em 2008.

A organização ecologista Greenpeace denunciou na altura que a demissão de Marina Silva evidenciava que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva “tinha decidido abandonar a Amazônia”: “A renúncia demonstra que este governo não é sério, não tem respeito pelo meio ambiente nem pela Amazônia.”

No Brasil, o maior problema encontra-se na Amazônia pelo conflito entre os grupos indígenas da região, cujos interesses chocam com os esforços das empresas extratoras de minério e com os latifundiários.

Em outubro passado, por exemplo, centenas de indígenas de diferentes tribos e regiões realizaram uma manifestação na capital brasileira para exigir mais apoio do governo federal relativamente aos seus direitos. Os indígenas protestam por uma iniciativa legal, que propõe que a competência em tudo relacionado com a criação e demarcação de novas terras indígenas, que corresponde hoje ao Executivo, passe para a alçada do Parlamento. Os indígenas opõem-se e argumentam que essa alteração daria mais poder aos latifundiários e às empresas mineiras e madeireiras que operam principalmente na Amazônia, onde a maior parte das reservas indígenas do país está localizada.

E, no Chile, durante o governo dos socialistas Ricardo Lagos e Michelle Bachelet (2000-2010) germinou o projeto da central hidroelétrica de HidroAysén, apesar dos protestos de grupos ambientalistas. As mobilizações dos grupos indígenas mapuches, que continuaram durante o governo de Sebastián Piñera, encontraram um eco importante nos grupos de esquerda e, até mesmo na campanha para as presidenciais de 2013, a candidata da Nueva Mayoría, Michelle Bachelet, assumiu a ideia da paralisação da HidroAysén.

A HidroAysén é uma sociedade constituída pela Colbún e pela Endesa —Chile— esta última controlada pela Endesa —Espanha— que prevê a construção de cinco grandes centrais hidroelétricas nas bacias dos rios Baker e Pascua na Patagónia chilena. A eletricidade produzida seria transportada mais de 2.300 quilómetros até Santiago do Chile e às minas do norte, através das linhas de alta tensão mais longas do mundo. O complexo hidroelétrico forneceria 2.750 MW ao Sistema Interconectado Central (SIC), com uma capacidade de geração média anual de 18.430 GWh.

As comunidades locais têm mostrado a sua rejeição e propuseram uma legislação para conceder à Patagónia o estatuto de Reserva da Vida; no entanto, por agora, a legislação chilena reconhece que a propriedade das fontes de água é privada e que, na região de Aysén Enel, a Endesa possui mais de 90% dos direitos sobre a água.

“Os atuais movimentos de protesto indígenas realizam atos pacíficos de manifestação social tais como denúncias, marchas, comícios, vigílias, greves de fome, invasões de terras e tomadas de palácios municipais e instalações governamentais”

Outro projeto que opõe os desenvolvimentistas de esquerda e os ambientalistas é o canal seco da Nicarágua, impulsionado por Daniel Ortega, com o apoio de uma empresa de origem chinesa que procura construir um novo canal interoceânico, como existe no Panamá.

Os setores indígenas da Nicarágua apoiam a Mesa Nicaragüense ante el Cambio Climático, que reúne mais de 20 organizações ambientalistas do país, expressou a sua rejeição do projeto de construção de um canal interoceânico “tal como está previsto”. “Partilhamos o desejo de encontrar alternativas que nos conduzam rapidamente a superar os níveis de pobreza; no entanto, estas vias não devem comprometer a capacidade das gerações futuras de viver num ambiente saudável.”

Outros pontos de conflito regional

- **México:** As políticas indígenas no México datam da primeira metade do século XX, originadas durante a Revolução, mas sofreram uma profunda transformação quando se produziu o levantamento zapatista em Chiapas em 1994.

Atualmente, mais além do esgotado fenómeno zapatista, os atuais movimentos de protesto indígenas realizam atos pacíficos de manifestação social tais como denúncias, marchas, comícios, vigílias, greves de fome, invasões de

terras e tomadas de palácios municipais e instalações governamentais.

Guillermo Trejo, da Universidade de Notre Dame, destaca as mudanças ocorridas nos últimos 25 anos nas exigências e identidades dos indígenas, capazes de construir uma liderança indígena estratégica, capaz de transformar a identidade dos seus movimentos conforme a variação das circunstâncias e as oportunidades económicas e políticas.

Atualmente, mais além do esgotado fenómeno zapatista, os atuais movimentos de protesto indígenas realizam atos pacíficos de manifestação social tais como denúncias, marchas, comícios, vigílias, greves de fome, invasões de terras e tomadas de palácios municipais e instalações governamentais.

Assim, passou-se de exigências de natureza política (1976-1993) concentradas no fim da “repressão dos caciques, proprietários de terras e autoridades públicas (polícias estatais e municipais); liberdade para os presos políticos; e a demissão de autoridades municipais, para novas exigências nos anos 90, concentradas no despertar da consciência como a exigência e a identidade pública, entre os movimentos de Chiapas, Oaxaca, Guerrero, Veracruz e Puebla”.

“Atualmente, o Panamá tem cinco comarcas indígenas que representam 20% do território nacional”

Como explica Trejo, embora o zapatista EZLN tenha começado como uma guerrilha marxista-leninista, no final de 1994, por volta de 1995-1996, abraçou o discurso etnicista e autonômico. As exigências étnicas, em geral, e a autonomia indígena, em particular, convertem-se numa das principais bandeiras de um movimento indígena nacional em ascensão: “O objetivo do movimento indígena organizado já não é a terra, mas sim o território; já não existem recursos para os indígenas mas disputam as regras para decidir e repartir os recursos que lhes tocariam como indígenas; já não exigem a destituição das autoridades públicas mas agora exigem a capacidade de eleger as suas autoridades públicas com as suas próprias regras”.

- **A voz do povo indígena no Panamá:** Nos últimos anos, e em especial nos últimos quatro anos, os próprios indígenas saíram do anonimato denunciando as “injustiças contra o seu povo e os seus recursos”. Muitos deles conseguiram — com enorme esforço— aceder ao ensino universitário, tornarem-se profissionais de sucesso e ocupar lugares importantes. Apesar de não faltarem obstáculos no seu caminho, os povos indígenas do Panamá foram apoiados

pelos suas organizações para se manifestarem perante o resto do país. Graças a essa mobilização, hoje a sua presença tornou-se mais sentida e palpável.

Atualmente, o Panamá tem cinco comarcas indígenas que representam 20% do território nacional (417.559 habitantes): a comarca Ngäbe - Buglé, a comarca Kuna Yala, a comarca Emberá-Wounan, a comarca Kuna de Madugandi e a Kuna de Wargandi. São esses povos que aumentaram o interesse pelas questões que lhes dizem respeito, a ponto de apenas ser necessário consultar alguns exemplos nos últimos anos: manifestações contra as reformas ao Código Mineiro em 2011; a greve, brutalmente reprimida em Changuinola em 2010; manifestações no território Ngäbe contra as centrais hidroelétricas, promovidas em janeiro de 2008, que deixou perdas humanas e feridos, entre outras.

Precisamente este protesto abriu um precedente na luta indígena no Panamá, quando se suspendeu a reforma legislativa e obrigou o presidente Ricardo Martinelli a decretar uma legislação de proibição de exploração mineira, criando um regime especial para a proteção dos recursos hídricos e ambientais na comarca indígena Ngäbe Bugle. Os povos indígenas têm reclamado beligerância

“A luta contra as empresas mineiras a nível local levou a uma rearticulação do movimento indígena”

e as suas lutas ganham mais adeptos em diversos setores. Uma questão que continuará latente no novo governo panamiano que terá que encontrar formas de diálogo com esses grupos que contam com regimes administrativos autónomos nas suas terras, onde se encontra grande parte dos recursos hídricos e minerais para explorar.

- **Guatemala:** A divisão tradicional entre as diferentes etnias indígenas na Guatemala (kakchikeles vs. quichés, entre outros) e de grupos mestiços (ladinos) dentro do grupo indígena está a ser atenuada (apesar de não desaparecer), quando o centro do debate é a rejeição das empresas de extração de minério. É o que está a acontecer na área do planalto guatemalteco, fundamentalmente indígena (departamentos de San Marcos, Huehuetenango, etc.) onde foi criado um Consejo de Pueblos de Occidente para se opor às políticas extrativas do governo.

Uma mensagem ambiental e anti-extrativista sustentada por organizações tais como a Coordinadora Nacional Indígena y Campesina –CONIC– membro da Coordinación y Convergencia Nacional Maya WAQIB KEJ, UASP, de CLOC e que tem um grande significado junto de toda a população, contando com o apoio da Igreja Católica. Por exemplo, o bispo Álvaro Leonel Ramazzini para

quem “as empresas de extração mineira, principalmente as canadianas que exploram ouro, prata e outros metais na Guatemala e no México não só deixam migalhas mas são geradoras de conflitos sociais, além de destruírem o meio ambiente”.

A luta contra as empresas mineiras à escala local propiciou uma rearticulação do movimento indígena como se reconhece em diferentes trabalhos académicos, tais como o de Joris van de Sand sobre “Conflictos mineros y pueblos indígenas en Guatemala”: “As respostas organizativas da comunidade à mineração apresentam sinais interessantes de um renascimento da identidade indígena. Alguns observadores, por exemplo, interpretam as consultas comunitárias como uma recuperação da comunidade indígena como sujeito coletivo. Outros, por outro lado, têm observado que a luta contra a mineração, até agora, apenas foi articulada discursivamente em torno de exigências para o reconhecimento dos direitos coletivos indígenas e que as comunidades que ainda não conseguiram traduzir as suas exigências num programa político claro e global para a reforma do Estado. Indicam que as comunidades devem relacionar a sua luta com aspetos da sua identidade como uma fonte de capital sociopolítico”.

“Os Estados nacionais ainda não foram capazes de articular canais institucionais para atender às reivindicações indígenas ambientalistas e compatibilizá-las com as necessidades de desenvolvimento dos países”

7. CONCLUSÕES

O tema indígena está presente na realidade latino-americana com uma forte componente política há mais de 30 anos. Apresentou diversas fisionomias e recursos mas o que parece sobressair é a sua formidável capacidade de adaptação que lhe permite perdurar no tempo. Teve uma mensagem indigenista até à década de 50, marxista (indígenas vistos como classe social) até aos anos 80-90 e atualmente ambientalista e antiglobalização.

Além disso, é um dos poucos fenómenos que acontecem à escala regional desde o México, passando pela América Central e pela maioria dos países da América do Sul (Colômbia, Peru, Brasil, Chile e Argentina). O Observatorio de Conflictos Mineros da América Latina calcula que, na região, existam 175 conflitos sócio-ambientais que envolvem 183 projetos de extração mineira e 246 comunidades.

Possui igualmente uma capacidade significativa para marcar ou alterar a agenda política dos países. O indigenismo ambientalista, embora de carácter eminentemente local, tem potencialidade para construir redes de apoio e solidariedade à escala nacional e mesmo internacional que potencia a sua presença e oportunidades de influência.

Além disso, os conflitos desencadeados pelos protestos indígenas ambientais têm um carácter extremamente

perturbador dado que geram a sensação de ingovernabilidade ou de perda do monopólio da violência legítima por parte do Estado, apesar de, na realidade, raramente possuírem a força para destruir as próprias instituições.

A América Latina entrou num ciclo de maior estabilidade, mas existem questões fundamentais, tais como as questões ambientais relacionadas com a terra e os recursos naturais que podem alterar esses equilíbrios. Alguns analistas acreditam que estes conflitos tenderão a escalar devido à falta de canais institucionais capazes de oferecer soluções e plataformas de negociação.

Nos próximos anos, a pressão extrativista quer das empresas como dos estados, provocada pelos elevados preços das matérias-primas (dado que, apesar de redução a curto prazo, continuará acima dos preços históricos), permite augurar novos conflitos locais embora com forte incidência nacional nos países que os sofram. Os Estados nacionais ainda não foram capazes de articular canais institucionais para atender às reivindicações indígenas ambientalistas e compatibilizá-las com as necessidades de desenvolvimento dos países.

Como assinala Salvador Martí “boa parte dos recursos estratégicos mais apreciados do século XXI (como a água, a biodiversidade, os metais preciosos, o gás e o petróleo...) estão presentes em espaços

“Os atuais padrões de produção e de consumo são insustentáveis dado que geram grandes custos económicos, sociais e ambientais que corroem as suas próprias bases de sustentabilidade material a médio e longo prazo”

habitados por indígenas ... a luta dos povos indígenas pelos seus direitos continuará, ainda que através de um outro grupo de atores, com maior presença de intervenientes locais e menor apoio das redes internacionais ... as mobilizações indígenas irão continuar ... e essas manifestações já não podem ser capturadas pelos governos ... serão mais silenciosas e com maior ênfase na proteção dos recursos naturais e, portanto, mais concentradas no âmbito do território e da vida local”.

A sua capacidade para alterar a política nacional pode ser aumentada em caso de crises conjunturais nas quais o

desconforto das classes médias se reúna com as mobilizações indígenas numa rejeição comum da institucionalidade e da presença de interesses estrangeiros.

Como assinala Alicia Bárcena, Secretária-geral da CEPAL “os atuais padrões de produção e de consumo são insustentáveis dado que geram grandes custos económicos, sociais e ambientais que corroem as suas próprias bases de sustentabilidade material a médio e longo prazo. O tema do ambiente faz parte da agenda pública... pelas crescentes exigências dos cidadãos” que encontram assim um nexo de união com as reclamações indígenas.

LLORENTE & CUENCA

CONSULTORES DE COMUNICAÇÃO

Consultoria de Comunicação líder na Espanha, Portugal e na América Latina

A LLORENTE & CUENCA é a primeira consultoria de Comunicação da Espanha, Portugal e América Latina. Conta com **16 sócios** e **300 profissionais** que prestam serviços de consultoria estratégica a empresas de todos os setores de atividades, com operações voltadas para o mundo que fala **espanhol** e **português**.

Atualmente, possui escritórios próprios na **Argentina, Brasil, Colômbia, China, Equador, Espanha, México, Panamá, Peru, Portugal e República Dominicana**. Além disso, através de empresas afiliadas, oferece seus serviços nos **Estados Unidos, Chile, Bolívia, Uruguai e Venezuela**

Sua presença internacional ter levado LLORENTE & CUENCA a posiciona-se em 2011 e 2010 entre uma das cinquenta companhias de comunicação mais importantes do mundo, segundo o Ranking anual elaborado por The Holmes Report. Em 2013, ocupa a colocação 51 do Ranking, ascendendo uma colocação em comparação a 2012.

Organização

DIREÇÃO CORPORATIVA

José Antonio Llorente
Sócio Fundador e Presidente
jalorente@llorenteycuenca.com

Enrique González
Sócio e CFO
egonzalez@llorenteycuenca.com

Jorge Cachinero
Diretor Corporativo de Reputação e Inovação
jcachinero@llorenteycuenca.com

IBÉRIA

Arturo Pinedo
Sócio e Diretor Geral
apinedo@llorenteycuenca.com

Adolfo Corujo
Sócio e Diretor Geral
acorujo@llorenteycuenca.com

Madrid

Joan Navarro
Sócio e Vice-presidente de Assuntos Públicos
jnavarro@llorenteycuenca.com

Amalio Moratalla
Sócio e Diretor Sênior
amoratalla@llorenteycuenca.com

Juan Castellero
Diretor Financeiro
jcastillero@llorenteycuenca.com

Lagasca, 88 – planta 3
28001 Madrid (Espanha)
Tel: +34 91 563 77 22

Barcelona

María Cura
Sócia e Diretora-Geral
mcura@llorenteycuenca.com

Muntaner, 240-242, 1º-1ª
08021 Barcelona (Espanha)
Tel: +34 93 217 22 17

Lisboa

Madalena Martins
Sócia
madalena.martins@imago.pt

Carlos Matos
Sócio
carlos.matos@imago.pt

Rua do Fetal, 18
2714-504 S. Pedro de Sintra (Portugal)
Tel: +351 21 923 97 00

AMÉRICA LATINA

Alejandro Romero
Sócio e CEO da América Latina
aromero@llorenteycuenca.com

José Luis Di Girolamo
Sócio e CFO da América Latina
jldgirolamo@llorenteycuenca.com

Antonio Lois
Diretor Regional de Recursos Humanos
alois@llorenteycuenca.com

Bogotá

María Esteve
Diretora Geral
mesteve@llorenteycuenca.com

Germán Jaramillo
Presidente Conselheiro
gjaramillo@llorenteycuenca.com

Carrera 14, # 94-44. Torre B – of. 501
Bogotá (Colômbia)
Tel: +57 1 7438000

Buenos Aires

Pablo Abiad
Sócio e Diretor Geral
pabiad@llorenteycuenca.com

Enrique Morad
Presidente Conselheiro para o Cone Sul
emorad@llorenteycuenca.com

Av. Corrientes 222, piso 8. C1043AAP
Ciudad de Buenos Aires (Argentina)
Tel: +54 11 5556 0700

Lima

Luisa García
Sócia e CEO da região Andina
lgarcia@llorenteycuenca.com

Cayetana Aljovín
Gerente Geral
caljovin@llorenteycuenca.com

Av. Andrés Reyes 420, piso 7
San Isidro - Lima (Peru)
Tel: +51 1 2229491

México

Alejandro Romero
Sócio e CEO da América Latina
aromero@llorenteycuenca.com

Juan Rivera
Sócio e Diretor Geral
jrivera@llorenteycuenca.com

Bosque de Radiatas # 22 – PH7
05120 Bosques de las Lomas (México)
Tel: +52 55 52571084

Panamá

Javier Rosado
Sócio e Diretor Geral
jrosado@llorenteycuenca.com

Avda. Samuel Lewis. Edificio Omega, piso 6
Tel: +507 206 5200

Quito

Catherine Buelvas
Diretora Geral
cbuelvas@llorenteycuenca.com

Av. 12 de Octubre 1830 y Cordero.
Edificio World Trade Center, Torre B, piso 11
Distrito Metropolitano de Quito (Equador)
Tel: +593 2 2565820

Rio de Janeiro

Juan Carlos Gozzer
Diretor Executivo
jcgozzer@llorenteycuenca.com

Rua da Assembleia, 10 – sala 1801
Rio de Janeiro - RJ (Brasil)
Tel: +55 21 3797 6400

São Paulo

José Antonio Llorente
Sócio Fundador e Presidente
jalorente@llorenteycuenca.com

Alameda Santos, 200 – Sala 210
Cerqueira Cesar. SP 01418-000 (Brasil)
Tel.: +55 11 3587 1230

Santo Domingo

Alejandra Pellerano
Diretora Geral
apellerano@llorenteycuenca.com


Avda. Abraham Lincoln
Torre Ejecutiva Sonora, planta 7
Tel: +1 8096161975


ÁSIA


Beijing


Sergi Torrents
Diretor Geral
storrents@grupo-11.com


2009 Tower A. Ocean Express
N2 Dong san Huan Bei Road, Chaoyang District
Beijing (China)
Tel: +86 10 5286 0338


 Site corporativa
www.llorenteycuenca.com

 Blog corporativo
www.elblogdellorenteycuenca.com

 Twitter
<http://twitter.com/llorenteycuenca>


 YouTube
www.youtube.com/LLORENTEYCUENCA

 Centro de Ideias
www.dmasillorenteycuenca.com

 Revista UNO
www.revista-uno.com

 LinkedIn
www.linkedin.com/company/llorente-y-cuenca

 Facebook
www.facebook.com/llorenteycuenca

 Slideshare
www.slideshare.net/LLORENTEYCUENCA



A d+i é o Centro de Ideias, Análise e Tendências da LLORENTE & CUENCA.

Porque estamos testemunhando um novo modelo macroeconômico e social. E a comunicação não fica atrás. Avança.

A d+i é uma combinação global de relacionamento e troca de conhecimentos que identifica, se concentra e transmite os novos paradigmas da comunicação a partir de uma posição independente.

A d+i é um fluxo constante de ideias que adianta os avanços da nova era da informação e da gestão empresarial.

Porque a realidade não é preta ou branca existe d+i LLORENTE & CUENCA.

www.dmasillorenteycuenca.com

d+i LLORENTE & CUENCA